Mangels Sistemas de Informação.
Consultoria, Sistemas e Serviços de Informática
Fone (011) 452 4811
Mangels
Empresa 100% Brasileira

MANDATO PRESIDENCIAL

PMDB rejeita parlamentarismo...

por Cecília Pires
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

O senador José Richa passou a convergir na questão da definição política do mandato do presidente e na adoção imediata do parlamentarismo a partir de ontem. "Eu achava que nós deveríamos definir primeiro as questões permanentes e depois negociaríamos o problema politicamente, que é a questão do mandato do presidente Sarney. Mas o presidente insiste demais neste ponto, então vamos definir. Não há condições, nem psicológicas, para deixarmos de definir este mandato agora", disse.

De acordo com Richa, não há clima político para fixar o mandato de Sarney em seis anos, mas, um mandato de quatro anos, por outro lado, "implodiria a Constituinte". Em sua opinião, a campanha pela sucessão começaria já, interrompendo os trabalhos. Adotado o parlamentarismo, com cinco anos de mandato, "Sarney seria o chefe de Estado e o Congresso escolheria o Gabinete. Assim, todo mundo vai poder indicar ministros", disse o senador.

Richa, que ontem defendeu proposta de mandato presidencial de quatro anos, e declarou-se favorável ao presidencialismo, durante a reunião da bancada no Senado, acha que a fórmula é passível de ser discutida em função da crise política que o País atravessa. A alguns companheiros de partido, no entanto, não esconde que pode mudar de posição na semana que vem, de acordo com o desenrolar dos fatos. Ele combateu, ainda, a idéia da convocação da convenção para definir o mandato.

OPINIÃO DOS LÍDERES

"Se nós, os líderes do partido, não tivermos saída para esta crise, não serão os nossos companheiros do interior que vão ter. Não vou passar um atestado de incompetência para mim", concluiu.

A tese da mudança de sistema de governo agora foi combatida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que justificou "ser inútil adotar o parlamentarismo agora para tentar resolver uma crise". Disse, também, que não acha fundamental o partido decidir agora se o sistema será presidencialista ou parlamentarista. E continua defendendo quatro anos para o presidente Sarney.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, também criticou a idéia. "Parlamentarismo já não tem base nenhuma. Isso é um balão de ensaio, que pode ter partido de pessoas do Palácio, mas nunca do presidente da República", disse Cardoso. A tese, segundo o senador, foi comentada pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, com os líderes do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, na Constituinte, senador Mário Covas, e com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, na quarta-feira. "A proposta de parlamentarismo vai seguir seu trâmite normal e deverá ser apreciada pela Constituinte", concluiu.

"Não faz o menor sentido estabelecer o parlamentarismo agora", afirmou o deputado Prisco Viana, do PMDB. "Que vantagem o partido levaria nisso?", indagou o parlamentar, muito ligado ao presidente Sarney.

Prisco informou ainda que o presidente andava muito inquieto ultimamente sobre a questão do mandato, mas tranqüilizou-se depois da reunião que teve com Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, que decidiram encaminhar a questão dentro de seus partidos, fora da Constituinte", afirmou. O parlamentar atribuiu às informações sobre a adoção do parlamentarismo a lobby políticos.

O terceiro vice-presidente do PMDB, senador Affonso Camargo, disse ser a favor de um modelo parlamentarista apenas se ele previr a possibilidade de dissolução da Câmara. "Se não for assim, é preferível um presidencialismo com um Poder Legislativo forte." Disse ainda o senador que "não podemos ficar inventando um modelo para resolver a crise 1987. Temos de defender um sistema de governo para o próximo século".

Para o senador Mário Covas, a solução para a crise, ao contrário do que prega o senador José Richa, continua sendo a definição do mandato do presidente Sarney, através de uma manifestação política do partido. E esta manifestação, em seu entender, deve-se dar por meio da convocação da convenção. Várias lideranças do partido, que pediram o anonimato, criticaram ainda qualquer tentativa de se tentar um acordo de cúpula em torno do mandato do presidente e do sistema de governo.

Parlamentares preferem decidir sistema político na Constituinte

por Andrew Greenlees
de Brasília

"A tendência parlamentarista está crescendo na bancada, senador?" "Já cresceu, é maioria na bancada." O rápido diálogo travado ontem entre os senador Mário Covas e um jornalista, no intervalo da série de reuniões promovidas diariamente pelo líder do PMDB na Constituinte, serve para ilustrar a força que ganhou nos últimos dias a tese favorável ao parlamentarismo entre os congressistas. Constatado o fato, dirigentes pemedebistas alertam agora para o risco do "remendismo", ou seja, a tentativa de resolver dificuldades nacionais com a implantação imediata, do parlamentarismo.

"Não estamos atrás de um remendo para uma crise conjuntural", sustentou ontem, por exemplo, o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, que dará o texto final à nova Constituição. "Em 1961, o parlamentarismo foi instituído para solucionar um impasse e não deu certo", lembrou o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, em conversa com a editora Cláudia Safatle. "Mas sou absolutamente a favor do parlamentarismo para resolver o problema institucional do Brasil a médio e longo prazo", completou o ministro.

Segundo o relator Bernardo Cabral, o PMDB conseguirá evitar uma coincidência com 1961: "Naquela época, havia uma crise militar e o parlamentarismo foi uma manobra do Legislativo para entregar o poder a João Goulart", lembrou. "Hoje, temos propostas boas, para implantar um sistema independente de questões conjunturais."

Na opinião do deputado pemedebista, a futura Constituição optará por um sistema que, se não chegar ao parlamentarismo puro, certamente trará a diminuição dos poderes presidenciais. "Isto é unânime nas comissões", garante Cabral.

Essa constatação é confirmada por dois relatores de subcomissões, ouvidos por este jornal. O senador José Fogaça, da Subcomissão do Poder Excecutivo, revelou que todas as propostas entregues por constituintes defendem algum tipo de parlamentarismo.

Na Subcomissão de Organização Eleitoral e Partidária, o relator Francisco Rossi, por sua vez, preparava-se para concluir seu relatório neste final de semana e adiantou a tendência que permeará seu trabalho: ele proporá o sistema de voto distrital misto, "que melhor se adapta ao parlamentarismo, uma inclinação que noto não só nesta comissão como no Congresso em geral".

Caso se confirme a força do parlamentarismo na Constituinte, acrescenta Bernardo Cabral, o novo sistema somente deveria ser implantado a partir do mandato do próximo presidente da República. Neste caso, explicou o relator, o presidente José Sarney ficaria no Palácio do Planalto durante o período definido pela Assembléia Nacional Constituinte. No último ano de seu mandato, caberia a Sarney fazer a transição do presidencialismo para o parlamentarismo.

O senador Mário Covas, por outro lado, reafirmou ontem que Sarney deve participar do debate sobre a duração de seu mandato, já que o presidente "é um companheiro de partido". Preocupados em garantir a Sarney um melhor poder de articulação política junto ao Congresso, justamente no momento em que a discussão sobre o mandato se acirra, um grupo de deputados peemedebistas pretende iniciar nas próximas horas trabalho para formar "uma ponte" com o Planalto. A idéia é convidar o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, a fazer parte desta iniciativa.

Na opinião de um dos participantes desta articulação — que envolve também o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — a Constituinte acabará decidindo pela tese do jurista Miguel Reale Jr., que fala em "dualismo de complementariedade" no sistema de governo. O presidente continuaria a ser o chefe do governo, mas dividiria algumas responsabilidades com um coordenador do ministério, nomeado por ele e aprovado pelo Congresso.

Porta-voz desmente boatos sobre pedido de demissão de Sarney

por Edson Beú
de Brasília

O presidente não quis entrar no mérito dos numerosos boatos que circularam no país, ontem. "Boato não se desmente", respondeu o presidente, através do secretário de imprensa, Frota Neto. Referindo-se a rumores sobre sua demissão, o assessor afirmou que "o presidente não tem o temperamento daqueles que pedem para ir embora".

INTRANQÜILIDADE

O governo não identificou a origem das "especulações". Mas, a princípio, Sarney atribuiu a setores interessados em desestabilizar o País, econômica e politicamente, disse o secretário. O presidente estava preocupado com seus efeitos, pelo fato de "gerar um clima de intraqüilidade na Nação", disse o assessor.

Segundo Frota Neto, a difusão dos boatos foi propiciada pelo quadro de dificuldades que a sociedade enfrenta, no momento em que a economia apresenta elevados e sucessivos índices de inflação. "Isso acaba agastando o tecido social, criando um terreno fértil para todo tipo de especulação", acentuou.

MANDATO DE SARNEY

Frota Neto afirmou que o presidente cumpriu uma extensa agenda, ontem. No período da manhã, Sarney recebeu quinze parlamentares. Nenhum saiu falando sobre demissão. Tampouco relataram algum sinal de inquietação do presidente. A tarde, recebeu os ministros Celso Furtado (Cultura), Reinaldo Tavares (Transportes) e Luiz Carlos Bresser Pereira (Fazenda).

Extra-agenda, reuniu-se com Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Aureliano Chaves (Minas e Energia). Mais tarde, Frota Neto disse que os dois auxiliares do governo falaram com Sarney em horários diferentes, não se configurando "uma reunião ministerial de emergência", como também chegou a ser especulado.

Ainda no final do expediente, Sarney falou com o líder do PTB, deputado Gastoni Righi, e com o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz. Segundo Queiroz, o presidente reafirmou que estava determinado a obter "uma definição conclusivas sobre seu mandato, nos próximos dias.

O deputado respondeu que, "por uma questão de ética", nem indagou sobre a procedência dos boatos.

Os senadores pedem convenção

por Andrew Greenlees
de Brasília

Os senadores do PMDB querem que a comissão executiva do partido convoque "na maior brevidade possível" a convenção nacional para discutir a situação político-econômica do País, com ênfase na questão do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo, se parlamentarista ou presidencialista. A posição foi firmada ontem durante reunião de três horas a portas fechadas, da qual participaram 29 dos 45 senadores pemedebistas.

A reivindicação da bancada no Senado — que repete a decisão da véspera tomada pelos deputados federais do partido — foi quase unânime entre os presentes e será apresentada à executiva pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder da bancada. A executiva pemedebista tem reunião marcada para a próxima terça-feira, quando a data da convenção poderá ser decidida. Fernando Henrique informou que os senadores marcaram novo encontro para a noite de segunda-feira, com o objetivo de chegar a definições sobre "temas que todos estão discutindo".

Fernando Henrique Cardoso

Numa rápida conversa com jornalistas, o líder pemedebista comentou as tendências dos senadores quanto aos "temas": "Notei um acento parlamentarista na reunião", revelou. Perguntado sobre possíveis decisões em relação ao mandato, Fernando Henrique ressaltou que a decisão não pode ser "casuística" e Sarney deve participar do debate.

Arraes ausente

O governador Miguel Arraes informou ontem que não recebeu nenhuma comunicação oficial sobre a reunião da executiva nacional do PMDB, prevista para a próxima terça-feira, mas mesmo que ela seja confirmada, não pretende comparecer "porque o quadro em Brasília está muito confuso", informa a agência Globo.

Arraes não quis comentar as divergências existentes no próprio PMDB sobre a duração do mandato do presidente Sarney, alegando que essa discussão está tirando a atenção da classe política do principal problema do País, que é a crise econômica.

Por isso, não pretende — pelo menos por enquanto — entrar nessa discussão, simplesmente porque não a considera como sendo prioritária para o momento. A sua preocupação maior, segundo afirmou, é com a situação geral do País, que começa a entrar em recessão.

PFL

Algumas horas depois de o PMDB terminar sua reunião de senadores, foi a vez do segundo partido no Senado, o PFL, fazer a sua, com os mesmos objetivos. Treze dos quinze senadores pefelistas — inclusive Marco Maciel, que deixou há pouco o Gabinete Civil da Presidência — compareceram e defenderam a mesma duração do mandato de Sarney e de seus sucessores, uma tese que ganha adeptos no partido.

O líder Carlos Chiarelli adiantou, porém, que a definição sobre datas de eleições depende do sistema de governo a ser adotado. A defesa do parlamentarismo, admitiu, tem crescido na bancada dos senadores.

Assembléia teve dia agitado pelos rumores

por Zanoni Antunes
de Brasília

A Assembléia Constituinte conviveu ontem, pela primeira vez desde a sua instalação, com uma onda de boatos que acabou por se espalhar por toda a praça dos Três Poderes. Desde cedo, os boatos que invadiram os corredores do prédio do Congresso espalhavam notícias que iam desde um novo congelamento de preços à renúncia do presidente José Sarney.

Durante a parte da manhã, os rumores começaram com notícias de que o governo estava na iminência de baixar um pacote de medidas para enfrentar a crise econômica. Os boatos chegavam aos ouvidos dos constituintes com detalhes: o governo reeditaria o congelamento de preços, decretaria para hoje feriado bancário, interferiria no sistema financeiro e congelaria as cadernetas de poupança.

A tarde, os boatos da área econômica juntaram-se aos de uma crise política em andamento, com "inquietações nas áreas militares".

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), por exemplo, chegou a deslocar-se de seu gabinete para o Palácio do Planalto na ânsia de confirmar a notícia da renúncia do presidente. A forma apressada com que deixou o Congresso ajudou ainda mais a propagar o boato. Mais tarde, o deputado explicou que recebera um telefonema sobre a renúncia e achou melhor checá-la pessoalmente. Righi, que esteve rapidamente com o presidente, garantiu que Sarney estava tranqüilo e bem disposto.

Mas para parlamentares experientes, como o deputado e ex-senador Aloysio Chaves (PFL-PA), a boataria chega a fazer parte do ambiente político. Chaves revelou que há muito acompanha esses boatos através de um gráfico. "Eles começam a subir às segundas-feiras, chegam ao ápice às quintas-feiras e declinam nos fins de semana. É o boatograma", brincou.

CONSTITUINTE

Proposta a criação de uma justiça agrária

por Eliana Simonetti
de Brasília

A criação de uma Justiça Agrária para processar e julgar questões reguladas pela legislação agrária, inclusive as disputas por posse de terras, as ações discriminatórias de terras devolutas, as ações demarcatórias e as desapropriações de imóveis rurais, entre outras, foi proposta nesta semana, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, pelo deputado Francisco Sales (PMDB-RO).

Para a efetivação do funcionamento desta Justiça especializada que, conforme explicou o deputado, agilizaria as decisões de conflitos de direitos na área rural, é proposta a criação de juízes agrários, tribunais regionais agrários e de um Tribunal Superior Agrário, de cujas decisões só caberia recurso ao Supremo Tribunal Federal, em caso de ofensa à Constituição.

Sales explica que os órgãos de aplicação da lei agrária podem ser administrativo e jurisdicional. Enquanto o primeiro, órgão ligado ao Poder Executivo, tem como atribuição essencial intervir nos casos em que se deve determinar algum direito por meios técnicos, como a fixação de preços e a determinação da qualidade do solo, ou desempenhar a função de conciliador, o segundo ocupa-se das questões litigiosas.

A proposta é de que a Justiça Agrária deve ter caráter nacional, organizada autonomamente em relação à Justiça Federal e Estadual. Deve ser acessível e gratuita para posseiros, pequenos proprietários e camponeses.

A idéia da criação de uma Justiça Agrária começou a ser discutida no Brasil com a deflagração da execução do Plano de Reforma Agrária do governo José Sarney, pois a Justiça Federal, já sobrecarregada, não foi capaz de resolver com a agilidade necessária as questões criadas pela desapropriação de terras para a reforma e pelos conflitos pela posse de terras. Para resolver o problema imediato, o Ministério da Justiça e o Conselho Federal de Justiça elaboraram dois projetos de lei que, aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente da República no final do ano passado, possibilitaram a criação de varas especializadas, na Justiça Federal, para a resolução de conflitos agrários. Já está em funcionamento, na Bahia, uma destas varas especializadas. Ontem, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, esteve em Araguaína, cidade goiana da região do Bico do Papagaio, onde há grande incidência de conflitos por questões de terras, para instalar a segunda vara especializada em assuntos de natureza agrária.

A solução, conforme o deputado Francisco Sales, é paliativa. Como os problemas agrários, no entanto, não se resolvem apenas na Justiça, paralelamente ao projeto de criação de uma Justiça Agrária, o deputado constituinte apresentou outra proposta, tratando da reforma agrária, segundo a qual, entre outras coisas, "a lei fixará limites à extensão da propriedade privada da terra rural, segundo as regiões e as zonas agrícolas, promoverá e imporá o racional aproveitamento da terra". Em caso de desapropriação por interesse social para reforma agrária, a indenização será feita através de títulos especiais da dívida pública, resgatáveis no prazo de vinte anos, já que, para Sales, "a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, deve ser sempre encarada como sanção àquele que não utiliza a sua propriedade".

Relatores preparam propostas

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

A partir de segunda-feira, o primeiro esboço do que poderá vir a ser a nova Constituição começa a delinear-se, com a conclusão dos relatórios das 24 subcomissões. Como nenhum texto foi adiado como referencial, os relatórios darão os parâmetros para a discussão concreta dos diversos temas.

Até serem votados pelas subcomissões, os relatórios serão discutidos durante cinco dias. Depois de aprovados serão levados às comissões, cujos relatórios serão encaminhados à Comissão de Sistematização e depois ao plenário.

Ontem, alguns dos relatores das subcomissões já tinham claras as suas propostas essenciais. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, por exemplo, já avaliou alguns pontos de consenso ou quase consenso. Um deles é a extinção do Conselho Monetário Nacional, considerado órgão arbitrário, e a sua substituição por uma comissão especial formada por deputados e senadores com atribuições de emitir moeda e títulos e autorizar aumento de despesas.

Gasparian acredita também que tem chances de ver aprovada na subcomissão uma proposta que pessoalmente defende há muito tempo: a fixação na Constituição de um limite máximo para a taxa de juro.

Entre os 21 membros da subcomissão, cinco, segundo Gasparian, propuseram a estatização do sistema financeiro. E oito, seguramente, votarão a favor da estatização, entre eles os deputados Darcy Deitos, Harlan Gadelha, José Carlos Vasconcelos, Rose de Freitas e Walmor de Luca, do PMDB, e Luiz Gushiken, do PT. A correlação de forças em favor da estatização enfraqueceu-se ontem, com o ingresso na subcomissão de três novos parlamentares para cargos de suplência na subcomissão: o deputado Delfim Netto (PDS-SP) e dois deputados do PTB, Fábio Raunheitti e Roberto Jefferson.

Gasparian acredita que, sintetizadas no relatório, as divergências na subcomissão resultarão numa proposta que rompa a concentração da propriedade no sistema financeiro, abrindo caminho para os bancos regionais e extinguindo as cartas patentes.

O relatório da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica que o deputado Virgildásio de Sena (PMDB-BA) apresenta segunda-feira deverá propor um novo conceito sobre a presença do Estado na economia. O Estado, segundo o relator, deve deixar de ter ação meramente supletiva e complementar na economia. Passará a ser tratado como agente econômico, exatamente como a iniciativa privada, e sua presença será decidida pela sociedade, em cada caso.

A fórmula para garantir a execução das disposições da nova Constituição será proposta pelo deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR), relator da Subcomissão de Garantias da Constituição. Friedrich incluirá em seu relatório um espectro de instrumentos que permita à sociedade civil exigir o cumprimento da Constituição. Entre elas a corte constitucional, o defensor público, plebiscito, de referendo, mandado de segurança coletiva e iniciativa popular para apresentação de emendas à Constituição.

Por melhor que seja a Constituição, pondera Friedrich, ela só terá eficácia se a sociedade dispuser do maior número possível de instrumentos para fazer valer as suas disposições.

Covas tenta consenso

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

Sob a condução do senador Mário Covas (PMDB-SP), a bancada do PMDB na Constituinte deu início nesta semana a um esforço para chegar a consenso sobre temas fundamentais da nova Carta. Desde segunda-feira, Covas dedicou suas tardes à discussão com grupos de bancadas estaduais do partido sobre como chegar ao consenso e sobre que temas.

Na próxima semana, o líder do partido na Constituinte vai reunir-se com grupos de subcomissões. Dessas conversas serão definidos os temas de um questionário que pretende enviar a todos os constituintes do PMDB para avaliar as tendências dominantes.

"Em política não pode haver espaços vazios", pondera Covas nas sucessivas reuniões. Como partido majoritário, o PMDB precisa ter definições sobre o sistema de governo, a reforma agrária e outros temas a serem democraticamente escolhidos a partir das respostas ao questionário. "Quando há espaços vazios, são ocupados", adverte o senador.

Sodré propõe controle dos contratos externos

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O chanceler Roberto de Abreu Sodré rebateu ontem com veemência a afirmação do deputado Milton Barbosa (PMDB-BA) de que o Brasil é submisso aos Estados Unidos.

O ministro, que fez um depoimento sobre política externa na subcomissão de soberania, nacionalidade e relações internacionais da Constituinte, disse que já não existe submissão do País aos interesses norte-americanos e a prova é que na polêmica sobre a reserva de mercado para a informática, ambos os países estão conversando em pé de igualdade e a legislação brasileira continua intocável, apesar das pressões norte-americanas. Outro exemplo mencionado por Sodré é a batalha ganha pelo Brasil e outros países em desenvolvimento, como a Índia, de rejeitar a inclusão do tema serviços na nova rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), lançada em setembro do ano passado no Uruguai.

Sodré, depois de elogiar o papel do Legislativo na aprovação em "tempo único" do projeto de reforma da carreira diplomática, no final do ano passado, falou sobre o perfil ideal do diplomata brasileiro: "Ele tem a função precípua de abrir mercados e de estabelecer formas novas de cooperação econômica". Salientou, também, a necessidade de encontrar um mecanismo que permita ao Legislativo exercer algum tipo de controle e fiscalização sobre os contratos financeiros que o País venha a firmar com instituições internacionais.

Esse assunto tem dominado as discussões entre parlamentares, juristas e diplomatas que participaram dos debates na subcomissão. Segundo o ministro, o Itamaraty e o Ministério da Fazenda vão estudar uma fórmula especial que não dificulte o andamento de um empréstimo, o que poderia prejudicar os interesses do País.

Sodré discorreu sobre os principais temas da diplomacia brasileira, como a desnuclearização do Atlântico Sul, o repúdio ao "apartheid", a política de aproximação com os países latino-americanos, o conflito na América Central, o reatamento com Cuba e, ao falar sobre a "vocação universitária do Brasil", lembrou que o País ainda não tem relações com algumas nações, como o Vietnã, a Coréia do Norte e Taiwan. Explicou que com o Vietnã "falta ainda amadurecer a decisão e que nos dois outros casos, trata-se de uma opção porque a diplomacia brasileira preferiu estabelecer relações com a Coréia do Sul e com a China Popular.

Legislação sindical, a polêmica

por Thais Bastos
de Brasília

Ao encerrar ontem a primeira etapa dos trabalhos constituintes — as audiências públicas —, o relator da subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, deputado Mário Lima (PMDB-BA), prometeu entregar seu parecer dentro do prazo previsto, segunda-feira próxima, e adiantou: "As propostas básicas do movimento sindical deverão ser garantidas no relatório, uma vez que não foram apresentadas discordâncias, entre tantos representantes ouvidos, sobre os pontos estruturais da questão dos direitos dos trabalhadores".

Como últimos a depor, compareceram à subcomissão, na tarde de ontem, representantes da Central Unica dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e Movimento em Defesa do Menor. Em discussão, o tema organização sindical.

Com exceção do Movimento em Defesa do Menor, todas as outras entidades apresentaram as mesmas propostas básicas"

Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, estabilidade no emprego, reajuste mensal de salários, direito de greve e reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, entre outras.

A polêmica maior ficou centralizada entre a CUT, de um lado, e a CGT e Contag, de outro, sobre a reformulação da legislação sindical.

Duas alterações propostas pelo ministro do Trabalho e entregues na quarta-feira passada ao presidente Sarney, no bojo de um anteprojeto, tratam de extinguir a contribuição sindical obrigatória e instituir o princípio da liberdade e autonomia sindical.

José Lourenço do Prado, diretor da CGT, e José Francisco da Silva, presidente da Contag, posicionaram-se pela manutenção da obrigatoriedade da contribuição sindical, alegando que federações e confederações, principalmente por não terem vínculos diretos com os trabalhadores, poderiam ser extintas com a medida.

Para Jair Meneguelli, presidente da CUT, deve-se retirar do Estado a prerrogativa de decidir, em lei, pela obrigatoriedade da contribuição sindical.

8 MAI 1987

PMDB rejeita parlamentarismo "como remendo"

GAZETA MERCANTIL

por Cecília Pires
de Brasília

O presidente José Sarney pretendia obter, ainda nesta semana, um acordo com o PMDB para adoção do sistema parlamentarista já e a fixação de seu mandato em cinco anos, segundo revelou fonte credenciada do Palácio do Planalto.

A proposta envolvia a "pemedebização" do governo, com a escolha de um primeiro-ministro, que poderia ser o deputado Ulysses Guimarães. Uma das lideranças que conversou com o presidente a respeito foi o senador José Richa, chamado ao Palácio do Planalto na noite de quarta-feira.

Presidencialista declarado, o senador José Richa surpreendeu ontem os jornalistas ao admitir a tese. "Dá para se estudar alguma forma de parlamentarismo com cinco anos de mandato", disse. A alguns de seus colaboradores, Richa explicaria, mais tarde, que suas posições aparentemente contraditórias estavam sendo alteradas "em função das circunstâncias". A medida, porém, começou a ser bombardeada na tarde de ontem, dentro do partido, segundo revelou um parlamentar ligado a Ulysses Guimarães.

José Richa

O relator da Comissão de Sistematização e parlamentarista convicto, o deputado Bernardo Cabral, confirmava que este sistema de governo continuava ganhando força na Constituinte, mas que o PMDB não aceitaria sua adoção agora. "Não estamos atrás de um remendo para uma crise conjuntural", disse Cabral ao editor Andrew Greenless. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse o mesmo, segundo relato da editora Cláudia Safatle. "Sou contra o parlamentarismo para resolver impasses".

(Continua na página 6)